
Educação a distância: uma discussão sobre essa modalidade na formação de professores em serviço

Daniele Zárate¹, José Ângelo Garíglío²

¹Mestranda em Educação Tecnológica. CEFET-MG

²Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG

zarate@ufmg.br, angelogariglio@hotmail.com

Abstract. *This manuscript presents a discussion about the topic distance learning to capacity professors who are not habilitated in licenciature course. The current public politics use the distance learning to capacity a large number of professors. However, these politics needs to extrapolate the idea that the most important is capacity a large number of professionals and accept that the focus have to be the quality of the training for the professor who works in the basic education.*

Resumo. *Este trabalho apresenta uma discussão em torno do tema educação a distância na formação dos professores em serviço que não possuem curso de licenciatura. As políticas públicas atuais de formação de professores têm na educação a distância uma alternativa para formar um grande número de professores. Contudo o compromisso dessas políticas necessita extrapolar a idéia de formação em massa e se comprometer com uma formação de qualidade para os professores da educação básica.*

1. Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9394/96, no seu artigo 62 estipula que para atuar na educação básica, os professores devem ser formados em curso de licenciatura plena. A LDB ainda admite a formação de professor em nível médio, curso normal, para atuar na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Contudo, é desejável que os professores da educação básica possuam uma formação técnica-científica e cultural em nível superior. Entidades como a Associação Nacional de Formação de Professores - ANFOPE defendem essa posição e a própria LDB já sinaliza essa intenção nas suas disposições transitórias, parágrafo 4º do artigo 87, *Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.*

A formação de professor em nível médio para atuar na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, embora de caráter legal, deve ser entendida como formação mínima para o ingresso na profissão do magistério. Todavia, deve ser perseguida e defendida a formação em nível superior em curso de licenciatura plena para todos os professores da educação básica. Em consonância com a LDB o Plano Nacional de Educação – Lei 10.172/2001 – apresenta como uma de suas metas que até 2011, 70% dos professores que atuam na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental tenham formação em nível superior.

O Censo Escolar de 2006 apontou um número acima de 600.000 mil funções docentes ocupadas por professores sem curso de Licenciatura. Esse problema tem levado o poder público a se organizar, de forma a garantir que os professores tenham a oportunidade de alcançar a formação em nível superior por meio de programas públicos que oferecem cursos de licenciatura para os professores em serviço, no intuito de melhorar a qualidade do ensino da Educação Básica. Isso é chamado por Lessard (2006), de *efeito docente*. Para este autor a mão-de-obra docente de melhor qualidade é cada vez mais um assunto de Estado. O autor destaca: [...] *que os custos sociais, econômicos e políticos da subescolarização ou de uma escolarização inadequada e de má qualidade são altos demais para que não se procure atrair, formar e reter no ensino uma mão-de-obra de qualidade e melhorar as escolas e sua eficácia. Daí o desenvolvimento de políticas neste sentido.* (p.204)

Muitos programas públicos de formação de professores têm a Educação a Distância (EAD) como uma possibilidade para formar um número expressivo de professores em curto espaço de tempo. Importa registrar, que a educação a distância também foi regulamentada na LDB, no seu artigo 80, e no Decreto 5622/2005. Observa-se que a partir da regulamentação da EAD, houve um crescimento de cursos desenvolvidos nessa modalidade, conforme pode ser observado nos Censos da Educação Superior. O documento Censo da Educação Superior do ano 2000 apontou 07 cursos em nível superior ofertados pela modalidade a distância, já no Censo da Educação Superior de 2006 constam 349 cursos nessa modalidade, percebe-se, portanto o crescimento da EAD no ensino superior em cursos de graduação. No censo de 2000 todos os 7 cursos eram de formação de professores, no censo de 2007, 173 dos 349 cursos são de formação de professores.

A EAD pode ser uma alternativa para a formação de professores em serviço, desde que os projetos sejam concebidos em uma perspectiva de formação ampla e que tenham como princípio garantir aos professores uma qualificação técnica-científica e cultural que lhes permita atuar na sociedade de forma crítica e transformadora. Nesse sentido, este trabalho apresenta uma discussão, em torno dos temas que envolvem: a formação de professores; a Educação a Distância e as políticas públicas que tem a EAD como alternativa para essa formação. Também registra os limites e possibilidades da EAD, já apontados na literatura sobre formação de professores pela via da EAD. O objetivo é oferecer subsídios para que políticas públicas sejam construídas sob uma perspectiva de qualidade social para aqueles que estarão envolvidos com a formação das novas gerações.

Esse trabalho é dividido em cinco seções. A segunda seção trata do cenário da qualificação dos professores da educação básica que se encontram atuando nesse nível de ensino; a terceira seção trata da EAD como alternativa para formar, em nível superior em curso de licenciatura, os professores em serviço. A quarta seção trata das principais contribuições sobre o tema. Na última seção, considerações finais sobre o tema em questão são apresentadas.

2. Cenário da Formação dos Professores em Serviço da Educação Básica

Como mencionado na seção anterior, o censo Escolar de 2006, disponível no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP, aponta para um número maior que

600.000 funções docentes ocupadas por professores sem curso superior (ver gráfico da Figura 1).

No relatório “Escassez de Professores para o Ensino Médio”, publicado em 2007, apresenta a situação da formação de professores no Brasil. Esse documento prevê para os próximos 10 anos uma demanda de 235.000 professores para atuar no ensino médio. O relatório alerta que: *se nada for feito o que poderá acontecer nos próximos anos é o apagão do ensino médio*. Os relatórios oficiais permitem prever a dimensão do grave problema que a educação básica enfrenta, e poderá, em um futuro próximo, sofrer ainda mais, com a falta de professores qualificados.

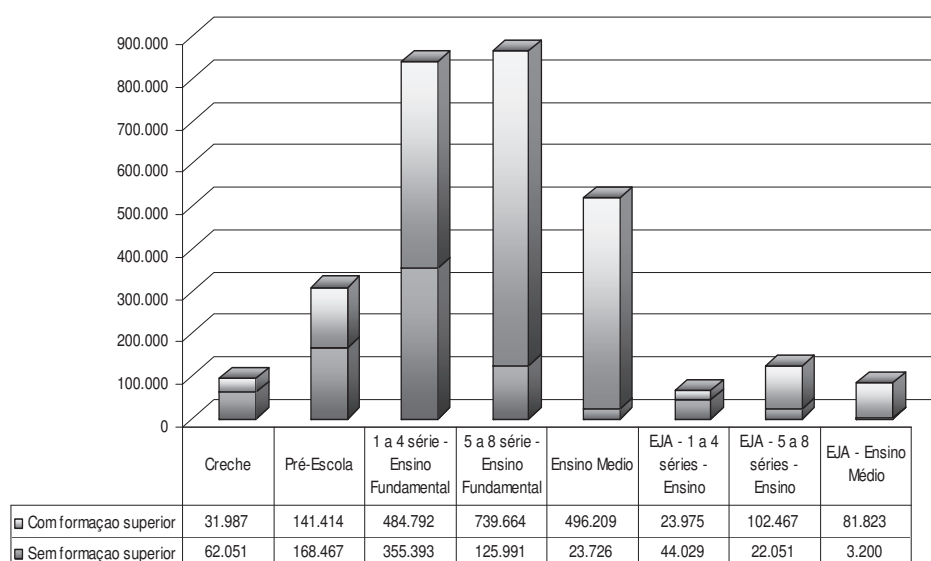


Figura 1: Número de funções docentes da educação básica por nível de ensino e por grau de formação, em 29/03/2006. (Fonte Censo Escolar 2006)

A demanda por novos professores e a demanda por professores com titulação em nível superior em curso de licenciatura não é uma situação conjuntural ou emergencial. Em Freitas (2007) é alertado que a formação de professores é um problema crônico, devido à falta de comprometimento do Estado, ao longo dos anos, para com a educação básica em geral e para com a formação dos professores. Essa situação torna-se, segundo a autora, um problema estrutural, historicamente enfrentado na educação básica. Esse cenário impõe a necessidade de articulação dos poderes públicos, no sentido de construir políticas públicas eficazes e permanentes para dar conta desse grave problema.

O número expressivo de professores sem titulação, como visto no gráfico da Figura 1, favorece o surgimento de políticas públicas que visam oferecer aos professores uma qualificação em nível superior em curso de licenciatura, como uma das estratégias para melhorar o nível de ensino da educação básica. Nessa perspectiva a educação a distância torna-se uma possibilidade para que os professores sejam qualificados. Em Mill (2007) é ressaltado que esse número de professores sem curso de licenciatura plena deve estimular o poder público a desenvolver programas voltados para formação dos professores, seja pela via da modalidade a distância ou presencial. Contudo a expansão dos programas públicos deve assegurar qualidade à formação dos

professores como também estar em consonância com a melhoria das condições do trabalho docente. Nas seções que se seguem serão apresentados as contribuições, limites e possibilidades, da EAD apontados na literatura.

3. A Educação a Distância na Formação de Professores em Serviço

A Educação a Distância é favorecida pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). É inegável que as TIC favorecem o crescimento da EAD, mas o aparato tecnológico, por si só, não é garantia de boa formação. Preti (2005) diz que a mediação tecnológica não substitui e não elimina a mediação humana. Em Litwin (2001) a autora destaca: *“A educação a distância implica, fundamentalmente, identificar uma modalidade de ensino com características específicas, isto é, uma maneira particular de criar um espaço para gerar, promover e implementar situações em que os alunos aprendam. O traço distintivo da modalidade consiste na mediatização das relações entre os docentes e os alunos, isto significa, de modo essencial, substituir a proposta de assistência regular à aula por uma nova proposta na qual os docentes ensinam e os alunos aprendem mediante situações não-convencionais, ou seja, em espaços e tempos que não compartilham”*. (p.13)

Para Litwin, por trás de muitos programas de EAD estão docentes engajados em pesquisas do seu campo de atuação, que manifestam verdadeira preocupação em “alimentar” e favorecer o processo de aprendizagem dos alunos nesta modalidade. Segundo a autora, a eficiência da EAD depende do envolvimento e comprometimento daqueles responsáveis pela construção dos programas de educação a distância e não somente das TIC. Nessa perspectiva, a EAD pode permitir que a formação inicial e continuada deixe de ser uma utopia para aqueles que necessitam de flexibilidade de tempo e espaço para se capacitarem e se atualizarem.

O discurso mercadológico, que se baseia na “falta de tempo”, imposta pela sociedade moderna aos indivíduos, pode seduzir àqueles que vêem nesta modalidade de ensino uma possibilidade para a sua formação. Contudo, a escolha pela EAD não pode ser orientada pela questão *“falta de tempo”*, uma vez que, sem tempo para se dedicar à formação e aos estudos, nem o ensino presencial, muito menos a EAD serão eficientes. Este ponto precisa ser amplamente discutido e questionado nas políticas públicas que privilegiam a EAD para a formação de professores em serviço. É importante estar cientes da realidade de trabalho dos professores. Afinal, para conseguir uma remuneração digna, os professores se submetem a uma jornada extensa de trabalho, dificultando a dedicação de tempo para a sua formação. É preciso reconhecer que estes profissionais são trabalhadores e requerem uma estrutura de ensino diferenciada e condições materiais para sua formação.

Nessa perspectiva, as políticas públicas que pretendem fazer da EAD uma alternativa para formação de professores em serviço, precisam considerar o binômio trabalho-educação como ponto imprescindível para alcançar a qualidade na formação dos professores. Não basta oferecer uma formação aligeirada em nível superior, urge reconhecer de fato, e não só no discurso legal, que os professores são indispensáveis no processo de formação das novas gerações. Do contrário estes profissionais estarão submetidos a condições desiguais de formação e correrão os riscos de obterem apenas uma certificação, ou uma formação aligeirada sem o compromisso com o domínio dos

conhecimentos necessários à prática docente que lhes permitam atuar como agentes de transformação da sociedade. (Freitas, 2007).

Belloni (2003) contribui para a análise das grandes questões que envolvem a EAD. Neste sentido a autora ressalta que: *A EaD tende doravante a se tornar cada vez mais um elemento regular dos sistemas educativos, necessário não apenas para atender a demandas e/ou a grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância, especialmente no ensino pós-secundário, ou seja, na educação da população adulta, o que inclui o ensino superior regular e toda a grande e variada demanda de formação contínua gerada pela obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento.* (p. 4-5)

Como mencionado anteriormente, a EAD tem-se mostrado nos últimos anos, uma tendência nos sistemas regulares de ensino, especialmente no ensino superior. É notório esse crescimento, de 07 para 349 cursos, dentre os anos 2000-2006, conforme pode ser observado na Tabela 1. Isto tem demonstrado que a EAD vem se tornando cada vez mais presente na formação de profissionais. Vale sublinhar, que a EAD deve ser pensada de forma responsável e comprometida com uma formação profissional de qualidade.

Tabela 1. Número de cursos superiores a distância nos anos 2000 e 2006

Ano	Nr. de Programas/Cursos de Graduação
2000	07
2006	349

Fonte: MEC/INEP – Censo da Educação Superior

Muitos dos cursos, apontados na Tabela 1, são ofertados por meio de programa públicos que visam oferecer aos professores em serviço uma qualificação em nível superior. Destaca-se nesse trabalho, o Pró-Licenciatura, Programa do Ministério da Educação, articulado pelas Secretarias da Educação Básica e Secretaria de Educação a Distância. Este programa se insere dentro de uma política de valorização do professor da educação básica. Atualmente, esse programa está em sua segunda edição. A primeira edição previa a formação inicial de professores em serviço nas séries iniciais do ensino fundamental e do ensino médio. A segunda edição do Pró-Licenciatura (Resolução FNDE Nr. 34/2005) denominada em Franco (2006) como Fase II, atende a formação inicial de professores em serviço que atuam nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio na rede pública de ensino. Esta política pública vem ao encontro da necessidade de oferecer aos professores em serviço uma qualificação que lhes permita ter amplo domínio dos conhecimentos acadêmico-científicos e culturais da área de ensino, como também, dos conhecimentos pedagógicos que o magistério exige.

Segundo Franco (2006), quando um professor em serviço inicia seu processo de formação em nível superior, há possibilidades de mudanças na realidade escolar, ou seja, o processo de formação do professor em serviço impacta diretamente na sua prática pedagógica, podendo renová-la e ou revigorá-la. Nessa perspectiva, Mill (2007) ressalta que a formação em serviço favorece a todos. Nas palavras do autor: *A formação dos professores sem abandonar suas atividades pedagógicas cotidianas traz benefícios*

diversos a todos os envolvidos: ganha o governo, ganha o professor em formação, ganham os alunos desse professor, ganha toda a comunidade escolar, ganha o Brasil. Com esse discurso, a EAD tem sido tomada como estratégia de formação em massa dos professores da rede pública do ensino brasileiro. (p. 274).

Em Neder (2006), também é apontado que a EAD pode ser uma alternativa para a formação dos professores em serviço que não possuem titulação mínima. Para a autora, os projetos de formação de professores na modalidade a distância devem considerar a concepção crítica da Educação. Essa concepção tem a escola como instituição social com possibilidades de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Segundo esta autora: *A escola tem uma especificidade sócio-político-pedagógica, na medida em que tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento de um projeto educativo que contribua para que seus alunos obtenham o domínio de certos conteúdos básicos, ampliem seus horizontes culturais, com elevação de seu grau de consciência em relação ao seu papel e responsabilidade no contexto da construção de uma sociedade mais inclusiva.*(p. 80-81).

4. Limites e Possibilidades da EAD para a Formação de Professores em Serviço

A literatura mostra diversas contribuições, as quais neste trabalho algumas delas são sintetizadas como limites e possibilidades da Educação a Distância na formação de professores em serviço. Observar esses aspectos pode contribuir para que as políticas públicas alcancem seu objetivo maior, uma formação responsável, quando da sua implementação. A seguir apresenta-se uma sinopse das contribuições presentes na literatura.

Toschi (2000) e Siqueira (2001) apresentam como limites da EAD, a precária interação entre os envolvidos, ou seja, a EAD em alguns casos, os cursos de EAD não tem oportunizado a interação entre os sujeitos envolvidos no curso, sejam eles cursistas, professores e tutores. Situação que prejudica o desenvolvimento da formação dos professores. Muitas vezes a aprendizagem dos cursistas se dá de forma passiva e solitária. A falta de interação dificulta todo o processo de aprendizagem dos alunos. Mesmo a EAD organizada por meio das mídias eletrônicas nem sempre permitem uma efetiva interação entre os sujeitos. Destaca-se as mídias eletrônicas por entender que essas têm um potencial que permite a rápida comunicação entre os indivíduos, o que pode facilitar todo o processo de interação do grupo. Ainda segundo as autoras, os programas são elaborados sem diálogo com aqueles para os quais são concebidos.

Programas de EAD têm como um dos limites considerado como o *nó górdio*, Toschi (2000) a questão do tempo, ou a dedicação de tempo para a formação. Como mencionado anteriormente essa questão merece ser pensada quando da criação dos programas de formação de professores em serviço. O sucesso EAD depende da disponibilidade de tempo para os estudos e reflexão sobre os conteúdos previstos nos cursos de formação de professores. Uma política pública que pretende melhorar o nível de ensino da educação básica terá que considerar na sua estrutura a especificidade do profissional que se encontra em serviço.

A qualidade dos materiais didáticos também se configura como limite dos programas de EAD. Esses têm grande importância nos cursos de EAD, pois parte da aprendizagem se dará por meio desses materiais. Nessa perspectiva a elaboração desses

materiais necessita de grandes investimentos, no sentido de garantir interação em todo o processo de aprendizagem e motivar o aluno a permanecer nesse processo.

EAD não é uma novidade, contudo a sua utilização mais freqüente se deu a partir de sua regulamentação, principalmente para os cursos de nível superior. Nesse sentido uma das dificuldades que se verifica é a capacitação de pessoal para lidar com todo o processo de formação que a modalidade a distância exige (Toschi, 2000 e Siqueira, 2001). Os cursos de EAD, geralmente, envolvem uma grande equipe de profissionais, que estão por trás de toda a sua estrutura e desenvolvimento. Esses profissionais necessitam de capacitação intensiva para dar conta das situações que envolvem o processo de formação.

Também apontado como limite por Lima, Grigoli e Barros (2003) é a questão da familiaridade dos cursistas com o computador, para aqueles cursos de EAD que utilizam desse equipamento no seu desenvolvimento. A concepção dos cursos de EAD que se utilizam do computador deverá desenvolver, no seu público, as habilidades necessárias para a utilização desse instrumento, como forma de garantir aos cursistas o efetivo acompanhamento do curso.

A sobrecarga de trabalho também foi apontada como limite, no artigo, de Lima, Grigoli e Barros (2003). Essa questão também se torna relevante nos cursos de EAD, uma vez que essa modalidade educacional exige dos cursistas uma efetiva dedicação aos estudos. Desta forma os programas públicos de formação de professores em serviço, precisarão reconhecer que a docência é uma profissão que, na maioria das vezes, impõe grande sobrecarga de trabalho.

Mesmo com os limites apresentados, a EAD tem sido considerada uma importante alternativa para a formação e qualificação profissional. A flexibilidade de tempo e espaços proporcionada pela EAD torna-se uma possibilidade de qualificação para àqueles que não têm condições de acompanhar um curso presencial que exige regularidade de tempo e de espaço, Lima, Grigoli e Barros (2003). Nessa perspectiva, Mill (2007) destaca que a EAD permite a manutenção da vida social e profissional dos cursistas, uma vez que essa modalidade não exige deslocamentos diários para o acompanhamento do curso. Ainda de acordo com o autor e Franco (2006), para os professores em serviço, manter suas atividades na docência em concomitância com a formação acadêmica é uma possibilidade de esses renovarem e ou revigorarem suas práticas educativas em sala de aula.

Para Franco (2006) a EAD é uma possibilidade de atender, ao mesmo tempo, uma grande demanda de professores sem titulação. O que permite ainda o atendimento da legislação e o cumprimento de metas governamentais propostas para a formação de professores, Mill 2007.

A EAD também pode possibilitar o desenvolvimento da autonomia de aprendizagem, como também o desenvolvimento de habilidades relacionadas à utilização das tecnologias digitais, Mill (2007). Habilidades necessárias para acompanhar as rápidas transformações tecnológicas da atualidade, que terminam por impor a necessidade de todos se manterem em permanente estado aprendizagem.

Os aspectos abordados permitem inferir que propostas que visam fazer uso da educação a distância para a formação dos professores, necessitam de um olhar atento para os trabalhos que apontam os limites e as possibilidades dessa modalidade de ensino. O reconhecimento dessas pesquisas, nos programas públicos de formação de professores, fortalece essa modalidade de ensino. O compromisso das políticas públicas, de formação de professores em serviço, deve ser com a busca incessante de melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura. Kensi (2004) destaca que os discursos oficiais que se baseiam em programas de EAD que atenderam um grande número de pessoas, sem apontar os resultados reais dessa formação, não fortalecem essa modalidade de ensino, nem tampouco deve servir para reorientar as propostas públicas que tem a EAD como uma alternativa para a formação dos professores. Para a autora há outras formas de se pensar a EAD numa perspectiva de compromisso com a sociedade.

Desta forma, os projetos públicos que pretendem fazer da EAD uma possibilidade real para uma formação de qualidade dos professores em serviço, necessitará: de investimentos massivos na educação como um todo e da valorização das pesquisas que envolvem esse tema. O conhecimento e as reflexões da literatura sobre o tema são caminhos que devem ser considerados no momento da construção de projetos inovadores que visam contribuir para uma melhoria da educação básica e da prática docente, sejam esses organizados por iniciativa pública ou privada.

5. Considerações finais

É importante ter presente que programas públicos de formação inicial de professores em serviço e a distância, permitem o acesso a educação superior para aqueles que necessitam dessa formação. Contudo, dar acesso não implica necessariamente em uma formação de qualidade. Aspectos como: investimentos na escola; valorização do profissional do magistério; reconhecimento dos saberes dos professores; garantia de permanência dos alunos/professores nos cursos; atenção sobre suas dificuldades de aprendizagem e suas reais condições de trabalho, entre outros aspectos, contribuem para uma efetiva democratização da formação em nível superior para esses professores

A educação a distância é um processo de comunicação que tem como fim uma ação educativa. Essa modalidade deve ir além do oferecimento de materiais instrucionais. Deve exigir dos responsáveis pelo processo, uma verdadeira mobilização de estratégias que possam dar conta das necessidades de aprendizagem dos alunos durante todo o processo de formação.

Pelo exposto, no atual contexto da educação brasileira, pode-se perceber que a educação a distância é importante e necessária. Projetos já desenvolvidos por várias instituições como o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso, o Projeto Veredas, consórcio entre o governo do estado de Minas Gerais e várias instituições de Ensino Superior, e o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ, entre outros, são experiências que demonstram que a educação a distância é uma possibilidade de oferecer aos professores uma formação adequada. Assim, a educação a distância, é uma modalidade de ensino e aprendizagem que pode tornar possível a formação de professores que se encontram em exercício e não possuem condições materiais que lhes permita investir em sua qualificação. A educação a distância pensada de forma responsável é uma possibilidade de melhoria do nível de ensino da educação básica e de compromisso com os processos de formação de

cidadãos críticos que possam atuar na sociedade de forma a modificá-la, rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Referencias

- Belloni, M. L. (2003) “Educação a Distância”, Ed. Autores Associados, Campinas. Brasil.
- BRASIL, Decreto n. 5622. de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2007. Disponível em, <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso 30 jun. 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira/ n. 9394” de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leisn9394.pdf>. Acesso em 30 abr. 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. “Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001”. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 30 abr. 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. “Relatório Escassez de Professores para o Ensino Médio”. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. BRASIL. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. “Resolução CD/FNDE/Nº. 34 de 09 de agosto de 2005”. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/proli_res34.pdf>. Acesso em 30 abr. 2008.
- Franco, S. R. K. (2006) “O programa Pró-Licenciatura: gênese, construção e perspectivas”. In: Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Brasil.
- Freitas, H. (2007) “A (nova) política de formação de professores a prioridade postergada”, Revista Brasileira de Educação. Páginas. 1095-1124. Dez. 2003
- Gisi, M. L., Peretti, C., Steidel, R. (2003) “Políticas educacionais: implicações para a formação para professores”. In: Reunião Anual da ANPED, 26, Poços de Caldas. <http://www.anped.org.br/26/posteres/marialourdesgisi.rtf>
- Lessard, C. (2006) “A universidade e a formação profissional dos docentes: Novos questionamentos”. Educação & Sociedade. Vol. 27. p. 201-227. Campinas. Brasil.
- Litwin, E. (2000) “Educação a Distância: Temas para o debate de uma nova agenda educativa. Ed. Artmed. Porto Alegre. Brasil.
- Mill, D. (2007) “Sobre a formação de professores no Brasil contemporâneo: Pensando a LDB e a EaD como pontos de partida”. In: Formação de professores para a educação básica: Dez anos de LDB. Ed. Autêntica. Belo Horizonte. Brasil.
- Neder, M. L. (2006) “Educação a distância e sua contribuição na mudança de paradigma educacionais na formação de professores”, In: : Desafios da Educação a Distância na

Formação de Professores. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Brasil. P.79 a 85.

Preti, O. (2005) “Educação a Distância: Sobre discursos e práticas. Ed. Liber Livro. Brasília – Distrito Federal. Brasil

Siqueira, R. M. “O Programa Um Salto para o Futuro e o discurso da formação continuada para professores. In. Reunião Anual da ANPED, 24, Caxambu, MG, 2001. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0518408126923.DOC>> Acesso em 28 jun. 2008.

Toschi, M. (2000) “Formação para professores e tv escola. In: Reunião Anual da ANPED, 23, Caxambu, MG. <<http://www.anped.org.br/23/textos/1626t.pdf>> Acesso em 30 jun de 2008.